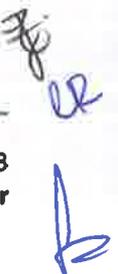


## Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas  
adotadas no Brasil em 31 de março de 2021







SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL .....	3
NOTAS EXPLICATIVAS .....	9
01 CONTEXTO OPERACIONAL .....	9
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	9
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS .....	13
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO .....	13
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	14
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS .....	14
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL .....	15
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO .....	15
09 IMOBILIZADO .....	15
10 INTANGÍVEL .....	16
11 FORNECEDORES .....	16
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS .....	17
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL .....	17
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E APROPRIAÇÕES DE DESPESAS DE PESSOAL POR COMPETÊNCIA .....	17
15 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL .....	19
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	20
17 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA .....	20
18 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS .....	21
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS .....	21
20 RESULTADO FINANCEIRO .....	21
21 SEGUROS DE RISCOS .....	22
22 IMPACTOS – COVID 19 .....	22
23 EVENTOS SUBSEQUENTES .....	23

    
2

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**Balanco Patrimonial**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	98.081	122.980
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		127	43
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	42.900	30.907
Contingências e apropriações por Competência		187.208	182.755
Adiantamentos de Pessoal	7	17.739	15.344
Demais Contas a Receber		2.420	3.175
Adiantamentos a Fornecedores		39	39
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	34.209	30.929
Importação em Andamento		608	1.197
Despesas Pagas Antecipadamente			
Prêmios de Seguro a Apropriar		218	291
		<b>383.549</b>	<b>387.660</b>
<b>Não Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.809	1.821
Contingências e apropriações por Competência		436.948	431.077
Demais Créditos a Receber		44	44
Imobilizado	9	964.206	967.457
Intangível	10	2.002	2.075
		<b>1.405.009</b>	<b>1.402.474</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.788.558</b>	<b>1.790.134</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



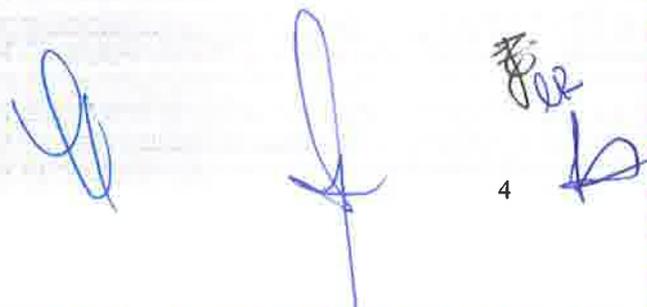
3

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**Passivo**

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	29.049	26.473
Obrigações Tributárias e Sociais	12	1.967	1.836
Obrigações com Pessoal	13	52.885	68.819
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	197.283	190.428
Outras Obrigações		7.946	6.981
		<u>289.130</u>	<u>294.537</u>
<b>Não Circulante</b>			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		7.923	7.915
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	436.948	431.077
		<u>444.871</u>	<u>438.992</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Realizado		1.163.342	1.163.342
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		61.175	59.820
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(16.368)	(16.163)
Prejuízos Acumulados		(153.592)	(150.394)
		<u>1.054.557</u>	<u>1.056.605</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u>1.788.558</u>	<u>1.790.134</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

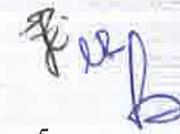


Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left, a signature in the middle, and a signature on the right with the initials 'JLR' above it.

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
<b>Receita Operacional Bruta</b>		<b>70.994</b>	<b>59.586</b>
Serviços Prestados		70.994	59.586
<b>Deduções Da Receita Bruta</b>		<b>(436)</b>	<b>(621)</b>
PIS sobre Faturamento		(78)	(111)
COFINS sobre Faturamento		(358)	(510)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>16</b>	<b>70.558</b>	<b>58.965</b>
Custos Dos Serviços	17	(348.027)	(299.347)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>		<b>(277.469)</b>	<b>(240.382)</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(59.388)</b>	<b>(54.715)</b>
Despesas Administrativas	17	(52.531)	(49.352)
Provisão para Contingências	17	(6.857)	(5.363)
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	<b>19</b>	<b>6.158</b>	<b>4.207</b>
Receitas		6.279	4.265
Despesas		(64)	(53)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(57)	(5)
<b>Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro</b>		<b>(330.699)</b>	<b>(290.890)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>20</b>	<b>(486)</b>	<b>2.000</b>
Despesas Financeiras		(641)	(569)
Receitas Financeiras		155	2.569
<b>Resultado Antes Das Subvenções Governamentais</b>		<b>(331.185)</b>	<b>(288.890)</b>
Subvenções do Tesouro Nacional		332.008	357.632
Repasse para Subvenções e Doações Governamentais		(1.372)	(63.305)
Reversões e Repasses Concedidos		(2.897)	922
<b>Resultado Líquido Do Exercício</b>		<b>(3.446)</b>	<b>6.359</b>
<b>Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)</b>			
		<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>(3.446)</b>	<b>6.359</b>
Ajuste de exercícios anteriores		43	1
Realização da Avaliação Patrimonial		205	205
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>		<b>(3.198)</b>	<b>6.565</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações Contábeis**

**Exercício findo em 31 de março de 2021**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

	<b>Capital Realizado</b>	<b>Remessa de Subvenção p/ Investimento</b>	<b>Ajustes da Avaliação Patrimonial</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	1.107.522	55.820	(16.030)	(126.529)	1.020.783
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	1	1
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(205)	205	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	50.234	-	-	50.234
Resultado do trimestre	-	-	-	6.359	6.359
<b>Saldo em 31 de março de 2020</b>	1.107.522	106.054	(16.235)	(119.964)	1.077.378
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	1.163.342	59.820	(16.163)	(150.394)	1.056.605
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	43	43
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(205)	205	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	1.355	-	-	1.355
Resultado do exercício	-	-	-	(3.446)	(3.446)
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	1.163.342	61.175	(16.368)	(153.592)	1.054.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais**

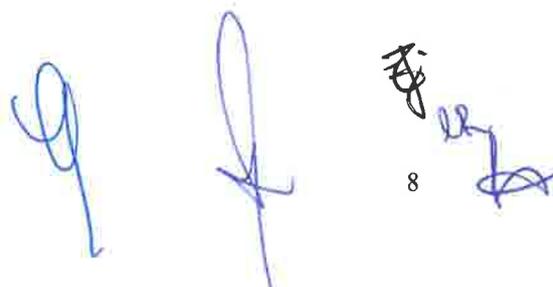
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
<b>Resultado do Período</b>	<b>(3.446)</b>	<b>6.359</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado</b>	<b>5.768</b>	<b>2.519</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	43	1
Ajustes de Depreciação/Amortizações	8.400	5.969
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(10)	(14)
Variação Cambial Passiva (Importação)	71	4
Variação Cambial Ativa (Importação)	(105)	(2.282)
Baixa de Bens Imobilizados	396	24
Produção de Bens em Estoque	(564)	(428)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	(145)	(178)
Doações de Bens Móveis	(465)	(142)
Doações de Mercadorias	(1.853)	(435)
<b>Variação de Ativos e Passivos</b>	<b>(23.610)</b>	<b>(21.310)</b>
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(11.931)	795
Recursos a Receber de Provisão de Férias	4.842	12.789
Recursos a Receber de Provisão para 13º. Salário	(8.698)	(15.693)
Adiantamentos a Pessoal	(2.394)	(6.231)
Outras Contas a Receber a CP e LP	755	2.433
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	12	(223)
Importações em Andamento (Estoque)	588	1.408
Estoques	(863)	(5.329)
Despesas Pagas Antecipadamente	73	125
Fornecedores	2.576	(605)
Outras Obrigações a Pagar	974	(427)
Obrigações com Pessoal	(15.933)	(13.243)
Obrigações Sociais a Pagar	25	(70)
Obrigações Tributárias a Pagar	107	57
Provisão para Férias	(10.828)	(12.789)
Provisão para 13º. Salário	17.085	15.693
<b>Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(21.288)</b>	<b>(12.431)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aquisições de Bens Imóveis	(2.934)	(3.042)
Aquisições de Bens Móveis	(1.607)	(968)
Aquisições de Importação em Andamento	(432)	(288)
<b>Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(4.973)</b>	<b>(4.298)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	8	12.078
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.355	50.234
<b>Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>1.363</b>	<b>62.312</b>
<b>Caixa Adicionado/(Consumido) no Exercício</b>	<b>(24.899)</b>	<b>45.583</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	122.980	108.582
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	98.081	154.165
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(24.899)</b>	<b>45.583</b>
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	(465)	(142)
Doações de Mercadorias (Estoques)	(1.853)	(435)
<b>Transações Que Não Envolveram Caixa</b>	<b>(2.318)</b>	<b>(577)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
<b>Receitas</b>		
Prestação de Serviços	70.994	59.586
Outras Receitas	6.514	3.093
Prov. Créd. Liq. Duv. - Reversão/Constituição	144	159
	<u>77.652</u>	<u>62.838</u>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)</b>		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	54.703	36.079
Serviços de Terceiros	40.721	38.497
Perda/Recuperação de Valores Ativos	121	77
	<u>95.545</u>	<u>74.653</u>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>(17.893)</b>	<b>(11.815)</b>
Despesas com Depreciação/Amortização	8.738	5.969
<b>Valor Adicionado Líq Produzido p/ Entidade</b>	<b>(26.631)</b>	<b>(17.784)</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferências</b>		
Receitas Financeiras	155	2.569
Repasse Recebidos (-) Subvenções	330.636	294.327
Repasse Concedidos/Diferido	-	922
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	(2.897)	-
Receitas de Aluguéis	185	1.441
	<u>328.079</u>	<u>299.259</u>
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>301.448</b>	<b>281.473</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração Direta	206.300	185.758
Benefícios	20.932	20.094
FGTS	18.005	15.208
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		
Federais	58.142	52.716
Estaduais/Municipais	8	24
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		
Despesas Financeiras	640	568
Locação de Imóveis/Condomínio	248	191
Locação de Máquinas e Equipamentos	619	555
<b>Remuneração dos Capitais Próprios</b>		
Lucros Retidos do Exercício	(3.446)	6.359
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>301.448</b>	<b>281.473</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## **Demonstrações Contábeis**

**Exercício findo em 31 de março de 2021**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

### **Notas Explicativas**

#### **01 Contexto Operacional**

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS) e da Economia (ME), pela Diretora-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Economia (ME).

#### **02 Principais Políticas Contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

##### **(a) Base de Preparação**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração faz parte integrante das demonstrações contábeis. Em sua primeira parte, a DVA apresenta a riqueza criada pela entidade, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a

## **Demonstrações Contábeis**

**Exercício findo em 31 de março de 2021**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; (vi) as contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

As demonstrações foram autorizadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 07 de junho de 2021.

### **(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações**

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Contábeis.

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, a instituição avaliou cada um dos contratos atualmente vigentes. Optou-se pela não realização do registro contábil dos contratos caracterizados como arrendamento em função do custo incorrido para fornecimento da informação comparado aos benefícios proporcionados, conforme prevê a Resolução CFC N.º 1.374/11.

### **(c) Operações com Moeda Estrangeira**

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

### **(d) Instrumentos Financeiros**

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços, recursos para provisões de contingências e apropriações por competência de despesas com pessoal e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

### **(e) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

### **(f) Estoques de Material de Consumo**

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de março

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

de 2021. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

**(g) Depósitos Judiciais**

Os depósitos judiciais são compostos por valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 31 de março de 2021. Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. No caso do pagamento de depósitos recursais, estes são realizados com recursos próprios. Na execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional, e o valor do depósito recursal prévio é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

**(h) Imobilizado e Intangível**

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos.

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Contábeis está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

**(i) Impairment de Ativos não Financeiros**

A Administração do HCPA revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por meio de avaliações internas à entidade, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

**(j) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido.

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**(k) Obrigações Tributárias**

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias, assim como os valores retidos dos fornecedores referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

**(l) Benefícios a Empregados**

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

**(m) Contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 24.908 Cíveis, R\$ 97.643 Trabalhistas e R\$ 1.270 Tributárias, totalizando R\$ 123.821.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

**(n) Reconhecimento da Receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

**(o) Serviços Prestados**

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

**(p) Repasses Financeiros Recebidos**

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui,

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

**(q) Receitas Financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

**(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas**

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera a seguinte premissa de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

**(s) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos**

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: [www.hcpa.edu.br](http://www.hcpa.edu.br) e intranet.

**03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

**04 Gestão de Risco Financeiro**

**(a) Risco de Liquidez**

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

**(b) Risco de Crédito**

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2021 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 14.144, de 22 de abril de 2021.

**(c) Estimativa do Valor Justo**

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 456, realizada em 14 de dezembro de 2020, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 43 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

**05 Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	9	9
Bancos – Conta Corrente	2.023	898
Depósitos Bancários de Curto Prazo	10.187	13.000
Conta Limite de Saque	85.862	109.073
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>98.081</u></b>	<b><u>122.980</u></b>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio.

**06 Créditos de Fornecimento de Serviços**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	34.868	21.756
Convênios Privados	10.383	11.365
Clientes Particulares	2.571	2.623
Créditos Diversos	1.259	1.491
<b>Subtotal</b>	<b><u>49.081</u></b>	<b><u>37.235</u></b>
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.181)	(6.328)
<b>Valor Líquido a Receber</b>	<b><u>42.900</u></b>	<b><u>30.907</u></b>

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou "Impairment").

**07 Adiantamentos de Pessoal**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Décimo Terceiro Salário	16.043	7.655
Férias	1.687	7.673
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	9	16
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>17.739</u></b>	<b><u>15.344</u></b>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2021, enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em março relativo à competência abril de 2021.

**08 Estoques de Materiais de Consumo**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Medicamentos	11.740	11.049
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	14.446	12.386
Material de Órtese e Prótese	2.352	2.612
Materiais e Utensílios	553	477
Rouparia (uniformes)	1.507	1.166
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	516	503
Material de Expediente, Informática e Gráfico	269	247
Combustíveis, Lubrificantes e Gases	76	62
Materiais de Engenharia	2.750	2.427
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>34.209</u></b>	<b><u>30.929</u></b>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

**09 Imobilizado**

	<u>Tx.%</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Edifícios	1	741.391	(72.336)	669.055	671.577
Terrenos		68.786	-	68.786	68.786
Obras em Andamento [1]		113.257	(10.243)	103.014	100.517
Bens Móveis e Máquinas	10 a 20	270.577	(162.105)	108.472	111.768
Informática	20 a 50	28.063	(19.583)	8.480	8.861
Veículos Diversos	10 a 20	719	(635)	84	100
Subtotal Imobilizado		<u>1.222.793</u>	<u>(264.902)</u>	<u>957.891</u>	<u>961.609</u>
Bens Móveis em Andamento		<u>6.315</u>	<u>-</u>	<u>6.315</u>	<u>5.848</u>
<b>Saldo Contábil</b>		<b><u>1.229.108</u></b>	<b><u>(264.902)</u></b>	<b><u>964.206</u></b>	<b><u>967.457</u></b>

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, de estudos e projetos e de instalações, razão pela qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

**Demonstrações Contábeis**

**Exercício findo em 31 de março de 2021**

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

	<b>Custo 01/01/2021</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas</b>	<b>Custo 31/03/2021</b>
Edifícios	741.391	-	-	-	741.391
Terrenos	68.786	-	-	-	68.786
Obras em Andamento	110.323	2.934	-	-	113.257
Bens Móveis e Máquinas	268.718	1.927	-	(68)	270.577
Informática	27.961	102	-	-	28.063
Veículos Diversos	1.004	-	-	(285)	719
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.218.183</b>	<b>4.963</b>	<b>-</b>	<b>(353)</b>	<b>1.222.793</b>

**10 Intangível**

	<b>Tx %</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Software	20 a 50	8.690	(6.688)	2.002	2.075
<b>Saldo Contábil</b>		<b>8.690</b>	<b>(6.688)</b>	<b>2.002</b>	<b>2.075</b>

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

**11 Fornecedores**

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
RS - Produtos Hospitalares Ltda.	3.331	1.260
Barrfab Indústria Comércio Imp. e Exp.	1.542	1.542
Life Laboratório de Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	1.386	-
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	1.323	810
Unimed	884	2.664
Globalmed Suporte de Material Terapêutico Ltda.	870	-
União Química Farmacêutica Nacional S.A.	741	-
Verzani & Sandrini Ltda.	454	-
Tecnova Engenharia Ltda.	401	-
	<b>10.932</b>	<b>6.276</b>
Demais fornecedores	18.117	20.197
<b>Saldo Contábil</b>	<b>29.049</b>	<b>26.473</b>

O saldo com o fornecedor Barrfab Indústria Comércio Importação e Exportação permanece pendente devido aos equipamentos entregues terem apresentado defeitos. O pagamento ou não depende de processo judicial, o qual está na fase de abertura de prazo para impugnação do laudo pericial, pois foram identificadas inconformidades e inconsistências no laudo juntado ao processo.

*(Handwritten signatures and initials)*

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**12 Obrigações Tributárias e Sociais**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	1.648	1.494
COFINS sobre Faturamento	129	168
PIS sobre Faturamento	28	36
<b>Obrigações Tributárias</b>	<b>1.805</b>	<b>1.698</b>
Obrigações Sociais	162	138
<b>Obrigações Sociais</b>	<b>162</b>	<b>138</b>
<b>Saldo Contábil</b>	<b>1.967</b>	<b>1.836</b>

Na conta Obrigações Tributárias são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e IN/RFB nº 1.234/2012 e 971/2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

**13 Obrigações com Pessoal**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	40.774	56.885
Previdência e Assistência Médica	7.287	7.147
Empréstimos e Financiamentos	3.474	3.356
Outras Despesas de Pessoal	1.350	1.431
	<b>52.885</b>	<b>68.819</b>

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de março de 2021. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. A compensação ocorreu no primeiro dia útil de abril de 2021.

**14 Contingências Passivas e Apropriações de Despesas de Pessoal por Competência**

			<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	11.619	427.564	439.183	432.325
Férias a Pagar (b)	104.574	-	104.574	115.402
Licença Especial (d)	60.273	-	60.273	59.656
Décimo Terceiro Salário (c)	17.085	-	17.085	-
Tempo de Serviço Passado TSP (e)	3.732	9.384	13.116	14.122
<b>Saldo Contábil</b>	<b>197.283</b>	<b>436.948</b>	<b>634.231</b>	<b>621.505</b>

A Instituição registra no ativo o direito a receber relativo aos recursos para cobertura das provisões de despesas com pessoal e contingências passivas, recursos que provêm do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Contingências**

	31/03/2021			31/12/2020
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências Trabalhistas	10.958	405.400	416.358	409.216
Contingências Cíveis	661	20.953	21.614	21.903
Contingências Tributárias	-	1.211	1.211	1.206
<b>Saldo de Contingências</b>	<b>11.619</b>	<b>427.564</b>	<b>439.183</b>	<b>432.325</b>

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

**(b) Férias a Pagar**

	31/03/2021	31/12/2020
Férias		
Saldo Inicial	84.041	75.298
Baixas	(28.310)	(68.784)
Apropriações	20.423	77.527
<b>Total de Férias</b>	<b>76.154</b>	<b>84.041</b>
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	31.361	28.100
Baixas	(10.564)	(25.546)
Apropriações	7.623	28.807
<b>Total de Encargos sobre Férias</b>	<b>28.420</b>	<b>31.361</b>
<b>Saldo de Férias a Pagar</b>	<b>104.574</b>	<b>115.402</b>

**(c) Décimo Terceiro a Pagar**

	31/03/2021	31/12/2020
Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(170)	-
Apropriações	12.612	-
<b>Total de Décimo Terceiro</b>	<b>12.442</b>	<b>-</b>
Encargos Sobre Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(64)	-
Apropriações	4.708	-
<b>Total de Encargos Décimo Terceiro</b>	<b>4.644</b>	<b>-</b>
<b>Saldo de Décimo Terceiro a Pagar</b>	<b>17.086</b>	<b>-</b>

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Licença Especial**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	43.463	39.850
Baixas	(1.347)	(6.175)
Apropriações	1.797	9.788
<b>Total de Licença Especial</b>	<b><u>43.913</u></b>	<b><u>43.463</u></b>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	16.193	14.843
Baixas	(503)	(2.278)
Apropriações	670	3.628
<b>Total de Encargos sobre Licença Especial</b>	<b><u>16.360</u></b>	<b><u>16.193</u></b>
<b>Total de Licença Especial a Pagar</b>	<b><u>60.273</u></b>	<b><u>59.656</u></b>

**(e) Tempo de Serviço Passado (TSP)**

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Este valor é pago com Recursos do Tesouro Nacional, portanto possui também registro como direito a receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações está registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.

**15 Ajuste de Avaliação Patrimonial**

A partir da competência 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida ao resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	(16.163)	(16.030)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(210)	(844)
Reversão de Menos-Valia	5	711
<b>Saldo final</b>	<b><u>(16.368)</u></b>	<b><u>(16.163)</u></b>

Os valores revertidos de Menos-Valia, de R\$ 5 e R\$ 711 (respectivamente 31/03/2021 e 31/12/2020), referem-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**16 Receita Operacional Líquida**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde – SUS	58.746	43.779
Convênios	9.175	12.982
Particulares	970	1.403
Pesquisas e Análises	1.610	1.274
Outros Serviços	493	148
<b>Total de Serviços Prestados</b>	<b>70.994</b>	<b>59.586</b>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(78)	(111)
COFINS sobre Faturamento	(358)	(510)
<b>Total das Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(436)</b>	<b>(621)</b>
<b>Receita Líquida Operacional</b>	<b>70.558</b>	<b>58.965</b>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

**17 Custos dos Serviços e Despesas Operacionais por Natureza**

	<u>31/03/2021</u>			<u>31/03/2020</u>		
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	245.541	35.795	281.336	217.902	35.935	253.837
Benefícios de Pessoal	17.027	3.906	20.933	17.252	2.843	20.095
Consumo de Materiais	53.261	877	54.138	30.612	5.040	35.652
Depreciações/Amortizações	5.421	3.318	8.739	5.141	847	5.988
Despesas com Serviços PF e PJ	26.777	8.635	35.412	28.440	4.687	33.127
<b>Subtotais</b>	<b>348.027</b>	<b>52.531</b>	<b>400.558</b>	<b>299.347</b>	<b>49.352</b>	<b>348.699</b>
Provisões de Contingências e Pessoal	-	6.857	6.857	-	5.363	5.363
<b>Saldo Contábil</b>	<b>348.027</b>	<b>59.388</b>	<b>407.415</b>	<b>299.347</b>	<b>54.715</b>	<b>354.062</b>

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos, os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**18 Despesas de Benefícios a Empregados**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Assistência Médica	3.217	2.709
Auxílio Transporte	772	964
Auxílio Creche	274	344
Auxílio Alimentação	8.993	8.560
Previdência Privada	7.676	7.517
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>20.932</u></b>	<b><u>20.094</u></b>

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

**19 Outras Receitas e Despesas**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	185	1.441
Receitas de Leilões	166	25
Reversão de Provisões e Depreciação	483	179
Doações de Estoque e Uso Permanente	2.318	577
Contrato de Prestação de Serviços	812	651
Restituições e Outros Acréscimos	2.315	1.392
<b>Total de Outras Receitas</b>	<b><u>6.279</u></b>	<b><u>4.265</u></b>
Outras Despesas		
Outros Decréscimos	(64)	(53)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(57)	(5)
<b>Baixa de Bens e Outras Despesas</b>	<b><u>(121)</u></b>	<b><u>(58)</u></b>
<b>Saldo de Outras Receitas e Despesas</b>	<b><u>6.158</u></b>	<b><u>4.207</u></b>

**20 Resultado Financeiro**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	32	173
Juros e Multas Previstos em Contratos	7	100
Variação Cambial e Monetária Ativa	116	2.296
<b>Total Receita Financeira</b>	<b><u>155</u></b>	<b><u>2.569</u></b>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(556)	(275)
Variação Cambial	(85)	(294)
<b>Total Despesa Financeira</b>	<b><u>(641)</u></b>	<b><u>(569)</u></b>
<b>Saldo Contábil</b>	<b><u>(486)</u></b>	<b><u>2.000</u></b>

**Demonstrações Contábeis**  
**Exercício findo em 31 de março de 2021**  
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

**21 Seguros de Riscos**

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada com a empresa AIG Seguros Brasil S.A, referente à cobertura básica, é de R\$ 737.474 e a vigência da apólice é de 01 de agosto de 2020 a 01 de agosto de 2021.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 31 de julho de 2020 a 31 de julho de 2021. A importância segurada com a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A. é de R\$ 14.000.

**22 Impactos – COVID 19**

Em função da pandemia do novo Coronavírus, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, em 13 de março de 2020 o HCPA recebeu, por meio da Medida Provisória nº 924 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) crédito extraordinário no montante de R\$ 57 milhões para custeio e investimento, com o objetivo de instalação de 105 leitos de terapia intensiva.

A Medida Provisória deixou de ter validade em 31 de julho de 2020, portanto o HCPA devolveu o montante de R\$ 6.344 devido à dificuldade de entrega de itens dentro do prazo previsto para utilização do recurso.

Adicionalmente, por meio da Portaria nº 8767 do Ministério da Economia, de 30 de março de 2020, foi autorizada, por até 2 (dois) anos, a contratação temporária de 775 profissionais para atendimento aos leitos criados para pacientes da Covid-19. A instalação dos 105 leitos críticos previstos para atendimento a casos graves de covid-19 foi concluída em 05 de agosto de 2020, com a implantação do novo Centro de Terapia Intensiva (CTI) no Bloco B, um dos prédios novos concluídos no final de 2019. Essa instalação ocorreu por módulos desde o início da pandemia. Em 31 de março de 2021, a instituição contava com 771 profissionais temporários contratados para as vagas liberadas, além da convocação de voluntários para diversas atividades, todos destinados ao atendimento de 135 leitos críticos dedicados à covid-19.

Com o agravamento da pandemia e aumento no número de atendimentos a casos de covid-19 a partir do final de fevereiro de 2021, o HCPA adotou novas medidas de contingência, suspendendo as internações clínicas, cirurgias e procedimentos eletivos (SUS e convênios). Além disso, nova Portaria habilitou 30 leitos críticos adicionais com vigência nos meses de março e abril de 2021.

Na data-base dessas demonstrações, os principais impactos nas contas contábeis ocorreram nos saldos dos seguintes grupos:

	Nota Explicativa	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2019	
Convênios Privados	06 e 16	10.383	11.365	15.117	(a)
Estoques de Materiais de Consumo	08	34.209	30.929	18.152	(b)
		<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>	
Receita Operacional - Sistema Único de Saúde	16	58.746	33.523	46.723	(a)
Custos dos Serviços	17	(348.027)	(299.347)	(286.604)	(b)
Doações de Estoque e Uso Permanente	19	2.318	577	623	(c)

- (a) Além da redução de pacientes aos serviços de saúde em geral, o HCPA precisou reduzir os atendimentos eletivos, especialmente os cirúrgicos, ocupando os leitos de convênios para pacientes SUS. Já o aumento da receita operacional com recursos do Sistema Único de Saúde refere-se aos créditos extraordinários para habilitação de leitos Covid;
- (b) O saldo dos estoques teve aumento de 88,5% desde o início da pandemia, principalmente nas categorias de medicamentos e material médico, hospitalar e laboratorial, como forma de proteção à eventual escassez de itens

## Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de março de 2021

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

essenciais no mercado. Apesar da queda na produção das internações, cirurgias, consultas e exames, o custo dos serviços prestados no trimestre aumentou 16,3% quando comparado com o exercício anterior, devido principalmente ao consumo de materiais e aumento da folha de pagamento com as contratações temporárias.

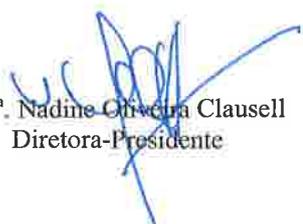
- (c) Os valores recebidos em doações para o atendimento da pandemia no primeiro trimestre de 2021 somam R\$2.318, compostos, em grande parte, pelo montante de R\$ 1.853 em equipamentos respiradores.

A partir de maio de 2021, o HCPA passou a ampliar o espaço para atendimento não covid, com projeção de 200 cirurgias eletivas essenciais a mais por mês. Também vai ocorrer aumento na capacidade operacional da área cirúrgica ambulatorial, proporcionando contingente maior de procedimentos diagnósticos e terapêuticos. O hospital ainda estuda com a Secretaria de Saúde da capital a oferta de maior número de primeiras consultas à população. Para retomar as atividades no Bloco Cirúrgico e salas de recuperação, por exemplo, é necessário reverter parte das estruturas que foram adaptadas para receber pacientes com covid-19. Além disso, profissionais que atuaram em CTI e Emergência no pico da pandemia retornam às suas áreas para atendimento aos pacientes com outros problemas de saúde. O objetivo é retomar a assistência nestas áreas, que foram prejudicadas pelo momento maior de contingência causado pela pandemia, de forma gradual e progressiva, sempre atento e reavaliando o cenário epidemiológico local. O hospital mantém os 105 leitos dedicados à covid e segue monitorando os números do coronavírus para que, caso necessário, novos ajustes sejam feitos.

## 23 Eventos Subsequentes

De 31 de março de 2021 até 07 de junho de 2021, data de autorização destas demonstrações, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

  
Prof. Milton Bergor  
Diretor Médico

  
Prof. Nadine Oliveira Clausell  
Diretora-Presidente

  
Me. Jorge Luis Bajerski  
Diretor Administrativo

  
Luciana Raupp Rios Wohlgemuth  
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663

  
Juliana Zwetsch  
Contadora - CRC/RS nº 81.901

## **HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE**

Relatório sobre a revisão das Informações Intermediárias.

**Referente ao 1º trimestre de 2021.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

## **RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

**Aos  
Administradores e aos Conselheiros do  
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA  
Porto Alegre – RS**

### **Introdução**

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as demonstrações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Ênfase

### Efeitos da COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 22, de que em função da pandemia do novo Coronavírus, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, em 13 de março de 2020 o HCPA recebeu, por meio da Medida Provisória nº 924 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) crédito extraordinário no montante de R\$ 57 milhões para custeio e investimento, com o objetivo de instalação de 105 leitos de terapia intensiva.

A Medida Provisória deixou de ter validade em 31 de julho de 2020, portanto o HCPA devolveu o montante de R\$ 6.344 devido à dificuldade de entrega de itens dentro do prazo previsto para utilização do recurso.

Adicionalmente, por meio da Portaria nº 8767 do Ministério da Economia, de 30 de março de 2020, foi autorizada, por até 2 (dois) anos, a contratação temporária de 775 profissionais para atendimento aos leitos criados para pacientes da Covid-19. A instalação dos 105 leitos críticos previstos para atendimento a casos graves de covid-19 foi concluída em 05 de agosto de 2020, com a implantação do novo Centro de Terapia Intensiva (CTI) no Bloco B, um dos prédios novos concluídos no final de 2019. Essa instalação ocorreu por módulos desde o início da pandemia. Em 31 de março de 2021, a instituição contava com 771 profissionais temporários contratados para as vagas liberadas, além da convocação de voluntários para diversas atividades, todos destinados ao atendimento de 135 leitos críticos dedicados à covid-19.

Com o agravamento da pandemia e aumento no número de atendimentos a casos de covid-19 a partir do final de fevereiro de 2021, o HCPA adotou novas medidas de contingência, suspendendo as internações clínicas, cirurgias e procedimentos eletivos (SUS e convênios). Além disso, nova Portaria habilitou 30 leitos críticos adicionais com vigência nos meses de março e abril de 2021.

A partir de maio de 2021, o HCPA passou a ampliar o espaço para atendimento não covid, com projeção de 200 cirurgias eletivas essenciais a mais por mês. Também vai ocorrer aumento na capacidade operacional da área cirúrgica ambulatorial, proporcionando contingente maior de procedimentos diagnósticos e terapêuticos. O hospital ainda estuda com a Secretaria de Saúde da capital a oferta de maior número de primeiras consultas à população. Para retomar as atividades no Bloco Cirúrgico e salas de recuperação, por exemplo, é necessário reverter parte das estruturas que foram adaptadas para receber pacientes com covid-19. Além disso, profissionais que atuaram em CTI e Emergência no pico da pandemia retornam às suas áreas para atendimento aos pacientes com outros problemas

de saúde. O objetivo é retomar a assistência nestas áreas, que foram prejudicadas pelo momento maior de contingência causado pela pandemia, de forma gradual e progressiva, sempre atento e reavaliando o cenário epidemiológico local. O hospital mantém os 105 leitos dedicados à covid e segue monitorando os números do coronavírus para que, caso necessário, novos ajustes sejam feitos. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

## **Outros Assuntos**

### **Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração do HCPA decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de junho de 2021.

**RUSSELL BEDFORD BRASIL**  
**AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP**

**Roger Maciel de Oliveira**  
**Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP**  
**Sócio Responsável Técnico**